

CORREIO DE CAMPINAS

Arquivo pessoal



Para Petta, este é o pior bloqueio já imposto a Cuba

Vereador participa de brigada internacional rumo a Cuba I

O vereador Gustavo Petta (PCdoB-SP), de Campinas (SP), participa da brigada brasileira que está levando solidariedade a Cuba em meio a bloqueio dos EUA. O parlamentar embarca à 1h desta sexta-feira (20) à ilha caribenha. “Trump impôs o pior bloqueio da história da ilha com a intenção de sufocar um país que escolheu seguir seu próprio destino. Como consequência das ações de Trump, Cuba vive sua pior crise: uma nação inteira sem energia elétrica, com dificuldade de produzir alimentos, remédios, mas seu povo resiste. É preciso enfrentar Trump e a tentativa de asfixiar o povo Cubano”, afirma o parlamentar campineiro.

Vereador participa de brigada II

O encontro será marcado pela entrega de doações arrecadadas por campanhas de solidariedade em diversos países. Entre os principais itens estão medicamentos, alimentos básicos e produtos de higiene. A viagem culmina na Conferência Internacional de Solidariedade a Cuba, marcada para os dias 19 a 21 de março, no Malecón, com a chegada da Flotilha Nuestra América, para debater a crise.

Câmara Municipal de Campinas



Projeto propõe parcerias sem ônus ao município

Saúde bucal na melhor idade I

O vereador Paulo Haddad (PSD-SP), médico, dentista e presidente da Comissão Permanente de Política Social e Saúde da Câmara, protocolou um Projeto de Lei que institui o “Programa Saúde Bucal na Melhor Idade”, que deverá ser executado por meio de parcerias com faculdades de odontologia, entidades de classe, associações profissionais, clínicas e consultórios odontológicos voluntários. E, mais ainda, com instituições de longa permanência para idosos.

Saúde bucal na melhor idade II

“Objetivamente, deverá promover palestras educativas, orientações sobre higiene e adaptação de próteses, campanhas de prevenção ao câncer bucal e mutirões voluntários, tudo sem ônus ao município pois se fundamenta exclusivamente em parcerias, utilizando estrutura já existente e atuação voluntária supervisionada”, enfatiza o vereador.

PINGA-FOGO

Comissionados I

A manutenção do interesse público exige que as instituições operem dentro de limites éticos e legais sob pena de transformarem a gestão administrativa em um balcão de negócios. Mas, quando o Legislativo demonstra incapacidade de exercê-los, cabe ao Judiciário intervir e restabelecer a ordem e a moralidade.

Comissionados II

As recentes contratações na Câmara de Campinas são um exemplo flagrante de como a falta de parcimônia com o dinheiro do contribuinte demanda uma resposta firme das instâncias de controle jurídico para evitar o esgarçamento das contas públicas pagas pelo povo.

Comissionados III

A decisão judicial que determinou a exoneração é mais um marco contra o fisiologismo. O magistrado responsável pela sentença agiu com rigor esperado de quem guarda a Constituição, identificando inchaço da estrutura administrativa, que só atende interesses particulares.

Comissionados IV

O Legislativo campinense não é um território isento de fiscalização ou um espaço para o exercício de vontades arbitrárias. Não pode, por puro interesse, torrar R\$ 20 milhões dos cofres públicos por ano para produzir inutilidades e burocracia inócua à população, sob justificativas esfarrapadas de que precisa de mais pessoal.

Comissionados V

A orientação enviada pela presidência aos vereadores, para que procedam com as demissões, é o reconhecimento tardio de um erro que jamais deveria ter sido cometido. Se a Casa não possui discernimento, a interdição torna-se o único caminho para proteger o cidadão.

Comissionados VI

É preciso parabenizar publicamente o juiz Mauro Iuji Fukumoto, que não se omitiu diante dos fatos, garantindo que a estrutura pública não fosse usada como ferramenta de privilégios, reafirmando que a legalidade deve prevalecer sobre qualquer projeto de poder.



Segundo denunciante, problema é em diversas escolas

Denúncia de falta de professores para PCDs

Prefeitura nega falta de profissionais a neurodivergentes

Raquel Valli

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) recebeu uma denúncia contra a Prefeitura de Campinas a respeito de uma possível falta de professores e cuidadores para alunos com deficiência física e/ou neurodivergência nas escolas públicas municipais. A representação pede uma investigação, além de medidas urgentes para que a Administração garanta o apoio nas unidades escolares. “Não é um problema isolado: é uma realidade em diversas escolas da cidade e que precisa ser enfrentado com seriedade. Não é uma ou outra escola com o déficit desses profissionais. É uma realidade geral em Campinas, afirma o vereador Wagner Romão (PT-SP), autor da representação.

“Muitas famílias têm deixado de levar os filhos à escola, outras têm sofrido pressão e transtornos diversos desde o início do ano letivo devido à falta desses profissionais, que podem garantir a efetiva inclusão social e escolar. A situação é muito grave! Há dificuldades de aprendizagem e socialização, há sobrecarga para professores e equipes escolares e há exclusão, constrangimento e insegurança dentro das escolas municipais”, pontua. O vereador abriu um abaixo-assinado. “Cada assinatura ajuda a mostrar que Campinas não aceita que crianças e adolescentes tenham seus direitos negados, especialmen-

te na educação. Assine e ajude a pressionar a Prefeitura”.

Na prática

A monitora de educação infantil Lucia Maeda desabafa: “muitas vezes, mesmo com laudo, não chegam cuidadores, e o educador tem que dar conta da sala lotada e dos cuidados do aluno especial, às vezes tendo que trocar fralda, ajudar na alimentação... Muito bonito falar em inclusão, e não oferecer condições para o educador trabalhar”.

O outro lado

A Secretaria de Educação de Campinas “informa que a inclusão é um dos compromissos da atual gestão e que não procede a informação sobre suposto desrespeito com alunos matriculados na rede municipal”.

Neste momento, “a rede municipal tem cerca de 600 cuidadores, funcionários de uma empresa contratada. A secretaria fiscaliza de forma rigorosa o contrato para prestação de serviços”, pontua.

Declara também que “o investimento da Prefeitura é contínuo e que, em 2025, foram admitidos 678 profissionais para funções diversas na Educação; e que, neste ano, até 10 de março, foram 53 contratações”. Ainda segundo a Prefeitura, “a Secretaria de Educação também está elaborando um processo licitatório para ampliar o quadro de profissionais de apoio inclusivo”.